

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1292662 - RJ
(2018/0112048-9)**

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL
PROCURADOR : SÁLVIO MEDEIROS COSTA FILHO - DF018323
AGRAVADO : ENGEL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
ADVOGADOS : CELSO REHBEIN - RS055747
ANNA LUIZA DE PADUA OLIVEIRA PEREIRA DE SOUSA - RJ104401
ENIO REHBEIN - RS048016
ACÁCIO CEZAR BARRETO - RJ169268

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DECLARATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO.

INCONFORMISMO DA DEMANDADA.

1. Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a "*Lei n. 9.279/96, ao estabelecer as hipóteses de caducidade de registro de marca pelo não uso, abre hipótese de exceção ao prever, no parágrafo primeiro do art. 143, que não há de se cogitar de caducidade de registro se o retardo for justificado por razões legítimas*" (REsp 1377159/RJ, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/05/2016, DJe 10/05/2016).

2. Consoante orientação desta Corte Superior, é imprescindível, "*mesmo nos processos administrativos, a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa (CF, art. 5º, LIV e LV), fazendo-se necessária a prévia notificação do titular*", bem como que "*a previsão de caducidade, sem notificação, está também em descompasso com a própria finalidade de proteção*" (REsp 721.617/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 06/05/2014, DJe 16/05/2014).

3. O aresto recorrido encontra apoio na em julgados desta Colenda Corte sobre a matéria, o que atrai a incidência da Súmula 83/STJ.

3.1 Para infirmar as conclusões a que chegou o Tribunal de origem, demandaria, necessariamente, o reexame das provas carreadas aos autos, o que é vedado pela Súmula 7/STJ.

4. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Superior Tribunal de Justiça

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Antonio Carlos Ferreira votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Marco Buzzi.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Marco Buzzi
Relator